

A concepção da responsabilidade no turismo: um ensaio teórico sobre o Turismo Responsável

Carolina Fávero DE SOUZA¹
Donária Coelho DUARTE²

Resumo: A sustentabilidade – tema, hoje, onipresente nas discussões de domínio social, político e econômico, em âmbito nacional e internacional – vem se tornando cada vez mais importante no que tange ao planejamento e ao desenvolvimento do turismo mundial nas últimas décadas, mais fortemente a partir de 1980. Neste cenário, destaca-se a prática do Turismo Responsável, o qual encontra seu equilíbrio na ética das relações humanas existentes no turismo e depende de todos os atores envolvidos nele – instituições turísticas (públicas ou privadas), comunidades locais e turistas, e destes com o meio ambiente. Diante da importância desse tema, esse artigo busca investigar teoricamente os alicerces do turismo responsável. Para isso, partiu-se de um estudo aprofundado da origem e dos significados da responsabilidade, para depois explicitar o contexto histórico da emergência de um turismo com responsabilidade, até chegar ao objetivo principal deste estudo, que foi analisar como a responsabilidade é apropriada pelo turismo, por meio do desenvolvimento do conceito sobre Turismo Responsável. Desenvolveu-se, assim, uma pesquisa exploratória, realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, recorrendo-se a fontes tanto nacionais quanto internacionais.

Palavras-chave: Epistemologia. Responsabilidade. Turismo. Turismo Responsável.

Introdução

Nas últimas décadas, particularmente do fim dos anos de 1960 aos primeiros anos de 2000, as agendas sociais e políticas internacionais foram tomadas por uma preocupação coletiva com a manutenção e a preservação dos bens naturais do planeta. Hoje, muito se debate sobre conscientização ecológica e preservação ambiental – assuntos outrora negligenciados pelos principais atores da economia e da política globais.

É nesse contexto de preocupações com o meio ambiente que surge a noção de sustentabilidade. Devido às suas origens e aos desdobramentos dos seus debates ao longo do século XX, esse tópico aparece atualmente também ligado às pautas de desenvolvimento econômico e de globalização, e ainda, às de desenvolvimento social.

Conseqüentemente, percebe-se que a inserção do tema da sustentabilidade nas preocupações contemporâneas alcança os mais variados setores dessa sociedade, entre os quais está o campo que interessa para esse trabalho – o do turismo, sabidamente um dos que pode se tornar de maior impacto na saúde natural, social e/ou urbana de comunidades locais e no equilíbrio de ecossistemas.

¹ Mestre em Turismo pela UnB (2014), Bacharel em Turismo pela UFJF (2004). Agente Administrativo na Coordenação-Geral de Estruturação de Destinos do Ministério do Turismo (2012-atual). E-mail: aniloracfavero@hotmail.com

² Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Professora do Programa de Mestrado Profissional em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET - UnB). E-mail: donaria@unb.br

A maneira como se desenvolve o turismo – ou até mesmo o modo como ele é visto como “correto” – é dinâmica e relacionada ao paradigma econômico predominante à época (COSTA, 2013). Deste modo, o cenário relativamente recente de preocupação com a preservação do planeta eleva a percepção dos impactos negativos do turismo – os quais abarcam outros campos além do ambiental – e potencializa a emergência da necessidade de se repensar o planejamento e o desenvolvimento do turismo, uma vez que esses impactos são intrínsecos ao turismo. Porém, na maioria dos casos, eles são exacerbados devido ao fato de que as comunidades recebem mais visitantes do que comportam e/ou de uma maneira desgovernada, ou seja, sem planejamento, estruturação, sensibilização, organização e monitoramento.

Posto isso, é possível notar que essa outra maneira de se fazer turismo – que leva em consideração a preocupação com os seus impactos negativos – emerge, então, no contexto das grandes discussões internacionais de conservação do planeta e, além disso, no concomitante cenário de crescimento desenfreado do turismo gerado pela democratização das viagens. Em decorrência disso, advém o avanço na percepção – por parte dos governos, das organizações da cadeia turística e até mesmo das comunidades envolvidas – dos impactos físicos, econômicos e sociais do turismo de massa.

Como consequência, tem-se observado que a partir da década de 90 houve uma preocupação crescente em se desenvolver o turismo de uma forma responsável e ética não só para com o meio ambiente, como também para os visitantes e, principalmente, para as comunidades receptoras e para os moradores/habitantes de destinos turísticos. Diante disso, percebe-se que uma forma responsável e ética de se desenvolver o turismo envolve a apreciação da responsabilidade na área ambiental, social, cultural e econômica, pilares estes que compõem a base do Turismo Responsável.

Quando se discute Turismo Responsável, é válido buscar o entendimento mais profundo do significado do termo “responsável”, às vezes usado no turismo sem o cuidado da reflexão. Para isso, é preciso desvelar os significados da responsabilidade e os conceitos que se apresentam entrelaçados a ela, para posteriormente ser capaz de deixar mais claro o conceito de Turismo Responsável.

Portanto, busca-se nesse artigo desenvolver um ensaio teórico, que além de ter como objetivo a elucidação do conceito de Turismo Responsável, possui o intuito de entender o principal conceito constitutivo da ideia de Turismo Responsável, o da responsabilidade. Deste modo, o ponto de partida desse trabalho está centrado nas reflexões epistemológicas da responsabilidade, para posteriormente focar-se na associação desse conceito ao turismo. Com isso, após a discussão dos significados da responsabilidade, far-se-á um breve histórico do contexto da “apropriação” da responsabilidade pelo turismo e, por fim, a discussão sobre o conceito de Turismo Responsável.

Responsabilidade: origem e significados

Segundo o Dicionário da Filosofia (ABBAGNANO, 2012, p. 1009), a palavra responsabilidade significa a “possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e

de corrigi-lo com base em tal previsão”. Na linguagem comum, chama-se alguém de “responsável” ou se elogia seu “senso de responsabilidade” quando se pretende dizer que a pessoa em questão inclui nos motivos de seu comportamento a previsão dos possíveis efeitos dele decorrentes.

Ao nos remetermos à epistemologia da palavra “responsabilidade” constata-se que é um substantivo, derivado da palavra “responder”, originado do verbo latino *respondĕo, des, ĕre*, que significa produzir efeito, satisfazer, justificar, pagar, comprometer-se da sua parte, e prometer, entre outras acepções, como é indicado pelos dicionários latinos. O verbo “responder” é formado pelos étimos latinos “re” — que sugere movimento reverso, retorno a uma situação prévia, reforço ou intensificação de alguma ação — e “spondiō”, “dĕre”, que significa esperança, expectativa, promessa, declaração solene, palavra dada a alguém, garantia ou incumbência³ (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p.1). Assim, de acordo com a origem da palavra, é possível perceber o valor expressivo que ela carrega e entender que um sujeito responsável pode ser percebido como um indivíduo que se compromete em fazer a sua parte, dentre outras denotações.

Embora a procedência latina e sua relevante utilização desde a Roma Antiga, o seu significado moderno somente apareceu no século XVIII, em textos que tratam de política e relacionado ao papel dos governos em sociedades democráticas, mais precisamente tratando-se do controle da comunidade sobre seus governantes em sociedades regidas por constituições elaboradas democraticamente. Segundo Abbagnano (2012), esse conceito de responsabilidade relacionado com os governantes nas sociedades democráticas surgiu pela primeira vez em 1787, no livro *The federalist*, de Alexandre Hamilton, considerado um dos líderes da independência dos Estados Unidos. Assim, o primeiro significado do termo na modernidade foi político, em expressões como “governo responsável” ou “responsabilidade do governo”, indicativas do caráter do governo constitucional que age sob o controle dos cidadãos e em função desse controle (ABBAGNANO, 2012).

De acordo com Abbagnano (2012), no campo da Filosofia, o termo foi usado nas controvérsias sobre a liberdade e acabou sendo útil principalmente aos empiristas ingleses, que quiseram mostrar a incompatibilidade do juízo moral com a liberdade e as necessidades absolutas. Na verdade, este autor evidencia que a noção de responsabilidade baseia-se na “escolha”, e esta é essencial ao conceito de liberdade limitada.

Assim, pode-se recorrer a Kant (2005), o qual também relaciona a responsabilidade com a condição da liberdade. Acrescenta, porém, outros requisitos ao conceito de responsabilidade. Para o filósofo, ela está relacionada a três condições, que são: o livre arbítrio/a liberdade, a motivação interna e a consciência da conduta moral interpessoal. A liberdade seria o ponto chave para a explicação da autonomia da vontade. A vontade seria um tipo de causalidade dos seres humanos dotada de razão e a liberdade seria esta propriedade que possui poder causal para agir independentemente da determinação de

³ GLARE, P.G. *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1982.

causas externas. Vale destacar que para Kant (2005), o exercício pessoal da liberdade demanda responsabilidade.

Conforme esse pensador, a segunda condição para a responsabilidade seria a motivação interna, que pode ser entendida como a capacidade dos seres humanos raciocinarem e agirem de acordo com suas próprias habilidades, livres de compulsão externa. E a terceira condição seria a consciência da existência de um padrão definido de moral interpessoal pelo qual todos os agentes responsáveis são responsabilizados. Com a união dessas três condições, segundo Kant, “a responsabilidade será a razão prática da liberdade” (MENESES; REIS, 2009, p.109).

Barbieri e Cajazeira (2009, p. 2) complementam essa ideia ao explicar que a responsabilidade de um sujeito refere-se à “obrigação de responder pelas consequências previsíveis das suas ações em virtude de leis, contratos, normas de grupos sociais ou de sua convicção íntima”. A competência de escolher de forma livre as opções de uma ação é uma condição básica para a origem da responsabilidade de um sujeito.

A ideia de capacidade de escolha de maneira livre ser um requisito fundamental à origem da responsabilidade, também é um assunto tratado por Aristóteles. Ao construir uma teoria da responsabilidade moral⁴, ele esclarece que apenas certo tipo de agente qualifica-se como um agente moral e, portanto, devidamente sujeito a atribuições de responsabilidade, é aquele que possui a capacidade de decisão. Para Aristóteles, a decisão é um tipo particular de desejo resultante da deliberação, que expressa a concepção do agente do que é bom. Aristóteles também se dedica a desvelar as condições em que devem estar um agente moral, censurável ou louvável, para alguma ação específica ou característica de perfil. Sua proposta geral é de que é um candidato apto para o elogio ou a culpa, se e somente se, a ação e/ou a disposição seja voluntária.

Segundo Aristóteles, uma ação ou característica voluntária tem dois atributos distintos. Em primeiro lugar, existe uma condição de controle: a ação ou característica devem ter origem no agente. Ou seja, ele deve ser o agente para executar essa ação ou possuir o traço de caráter se ele não puder ser compelido externamente. Em segundo lugar, Aristóteles propõe uma condição epistêmica: o agente deve estar ciente do que é que está a fazer ou trazer (ARISTÓTELES, apud *Stanford Encyclopedia of Philosophy*).⁵

Conforme Amartya Sen (2000, p. 322), “as liberdades substantivas que desfrutamos para exercer nossas responsabilidades são extremamente dependentes das circunstâncias pessoais, sociais e ambientais.” Por exemplo, se o indivíduo for privado de bem-estar, ele também foi privado de levar uma vida responsável, pois esta depende do gozo de certas liberdades básicas. Dessa forma, a autora afirma que “responsabilidade requer liberdade”.

⁴ Como apresentado no *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Aristóteles parece ter sido o primeiro a construir uma teoria da responsabilidade moral. No curso de discutir as virtudes humanas e seus vícios correspondentes, Aristóteles faz uma pausa em “Ética a Nicômaco” (III. 1 - 5) para explorar suas bases. Ele começa com uma breve exposição do conceito de responsabilidade moral, que às vezes é apropriado para responder a um agente com louvor ou culpa, com base em suas ações e/ou traços de caráter disposicionais (1109b 30 -35).

⁵ Disponível em <http://plato.stanford.edu>.

Do mesmo modo, o argumento do apoio social para ampliar a liberdade das pessoas pode ser considerado um assunto favorável à responsabilidade individual, e não contra. E ainda completa que o percurso entre a liberdade e a responsabilidade é de “mão dupla”. De maneira que com a isenção da liberdade substantiva e da capacidade para realizar alguma coisa, o indivíduo também se isenta da responsabilidade de realizá-la. No entanto, a liberdade e a capacidade efetivas para se realizar algo atribui ao sujeito o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido, a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade.

Seja em meio às discussões filosóficas, seja no âmbito político, os conceitos de liberdade individual e coletiva sempre andaram lado a lado com a definição de responsabilidade e, neste sentido, sempre perpassaram o campo da política na configuração dos deveres de cidadãos e governos. Dessa forma, para Amartya Sen (2000) a responsabilidade é papel a ser assumido por todas as instâncias da sociedade, passando pelo Estado, indivíduos, organizações sociais e mídia, chegando às instituições privadas e de regulação do mercado (SEN, 2000).

Hans Jonas, em 1979, fala de “Princípio da Responsabilidade” e insiste no novo imperativo ecológico da salvaguarda das gerações futuras. “Age de tal modo que as consequências da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica na terra.” (JONAS, 1979 apud ABBAGNANO, 2012). Jonas acaba por elevar a figura do homem à de “guardião do ser”. Ele é o primeiro a indicar o princípio ecológico da responsabilidade para com as gerações futuras e toda a biosfera (O Princípio da Responsabilidade, 1979 apud ABBAGNANO, 2012).

Em meio aos diferentes conceitos de “responsabilidade” pesquisados para o presente trabalho, aqueles propostos por Alexander, Goodwin e Robinson⁶ afiguram-se essenciais para o entendimento do que é Turismo Responsável, já que os significados que eles adotam destacam a importância da inclusão da responsabilidade em todos os agentes envolvidos no turismo, seja pelas consequências de ações ou omissões, seja pela capacidade de resposta, como será esclarecido a seguir.

De acordo com esses autores, há duas maneiras de se pensar sobre o significado da responsabilidade. Elas são interdependentes, porém significativamente diferentes. De um lado, pode-se pensar a responsabilidade no sentido de “prestação de contas” e, por outro, há o sentido de “capacidade de responder ou reagir”.

A primeira noção relaciona-se com ações e consequências que podem ser atribuídas a pessoas físicas ou jurídicas, passíveis de serem juridicamente responsabilizadas. A conscientização desses atores acerca da possibilidade de que venham a ser responsabilizados pelas consequências de suas ações ou omissões é o que os sensibiliza e os motiva a agirem de maneira responsável. Essa responsabilidade pode ser dada em um

⁶ Disponível em <http://www.responsibility.org.uk/>. Acesso em 12 de maio de 2014.

sentido legal estrito e imposta por estruturas legais ou códigos profissionais (ALEXANDER; GOODWIN; ROBINSON⁷).

No segundo sentido, indivíduos e organizações são esperados a responder e a fazer a diferença. Isso requer parcerias, uma pluralidade de relações, aprendizagem, prática e reflexão crítica. Pessoas que exercitam a capacidade de resposta ou reação possuem empatia e um forte sentido de reconhecimento do "outro". Elas reconhecem a interdependência e a responsabilidade que flui a partir daí. Elas têm o ímpeto de responsabilidade, possuem ou buscam papéis nos quais elas possam atuar. Elas exigem – o que Aristóteles chamou de "*phronesis*" – a capacidade de determinar as extremidades e de agir em contextos particulares. Isso demanda prudência e certo grau de maturidade (ALEXANDER; GOODWIN; ROBINSON⁸).

Ao seguir esse pensamento sobre reconhecimento do "outro", Harold Goodwin (2014, informação verbal)⁹ acrescenta que a responsabilidade está diretamente ligada à ideia de respeito. Corroborando com essa ideia, Abbagnano (2012) explica que respeito é o "reconhecimento da dignidade¹⁰ própria ou alheia e o comportamento inspirado nesse reconhecimento". Sendo assim, pode-se associar o respeito à responsabilidade, pois na medida em que a dignidade do outro é reconhecida, isso gera um comportamento racionalizado, o sujeito irá agir com responsabilidade para que o outro seja respeitado.

O "respeito" pode ser relacionado com a ética, assim como a "responsabilidade". Agir, tanto com respeito quanto com responsabilidade, significa atuar eticamente. Sobre esse assunto, pode-se citar Platão, que em Protágoras, narra a explicação mitológica do filósofo sofista para o surgimento do respeito entre os homens. Protágoras explica que o respeito é um dos princípios necessários para que a humanidade tenha condições de se perpetuar: "temendo que nossa estirpe se extinguisse, Zeus ordenou que Hermes trouxesse o respeito recíproco e a justiça para o meio dos homens, a fim de que esses fossem princípios ordenadores das cidades, criando entre os cidadãos vínculos de benevolência" (Prot. 322e, apud ABBAGNANO, 2012). Dessa forma, respeito recíproco e justiça são os dois elementos fundamentais da "arte política", que é a técnica de vida em comunidade.

Ainda segundo Abbagnano (2012), o respeito é próprio das pessoas, não das coisas, pois implica uso da razão, sendo a ação negativa da razão sobre a sensibilidade, portanto a própria sensibilidade. Mesmo fora da filosofia a noção de respeito foi fortemente influenciada por essas observações de Kant. Por respeito entende-se comumente o "empenho em reconhecer nos outros homens ou em si mesmo, uma dignidade que se tem o dever de salvaguardar" (ABBAGNANO, 2012, p.1008 - 1009).

⁷ Idem.

⁸ Disponível em <http://www.responsibility.org.uk/>. Acesso em 12 de maio de 2014.

⁹ Informação fornecida por Goodwin em entrevista com a pesquisadora em Brasília / Brasil, em 29 de abril de 2014.

¹⁰ "[...] todo o homem, aliás, todo ser racional, como fim em si mesmo, possui um valor não relativo (como é por ex. um preço), mas intrínseco, ou seja, a dignidade. 'O que tem preço pode ser substituído por alguma outra coisa equivalente; o que é superior a qualquer preço, e por isso não permite nenhuma equivalência, tem dignidade'". (ABBAGNANO, 2012, p. 326).

Diante das explicações apresentadas foi possível entender a origem da responsabilidade e os seus diversos significados. Além disso, evidenciou-se que há uma relação entre responsabilidade, liberdade, moral e respeito. Após essa discussão e, conseqüentemente, do entendimento do conceito em pauta, é válido contextualizar o histórico da absorção da responsabilidade no campo do turismo, assunto que será tratado no próximo item, pressuposto necessário para a discussão do Turismo Responsável.

O Contexto Histórico da Emergência do Turismo com Responsabilidade

A agenda de desenvolvimento ambiental dos anos de 1960 e 1970 levou muita atenção para os impactos do turismo na década de 1980 e para a emergência e/ou desenvolvimento de terminologias para descrever várias formas de turismo consideradas, de certa maneira, diferentes das que tinham surgido antes. Por exemplo, de turismo de massa para turismo verde, sustentável ou ecoturismo (LESLIE, 2012). São termos que surgem como formas alternativas de turismo com uma associação à sustentabilidade, como o turismo ecológico, brando, *soft*, endêmico, ou de baixo impacto (RUSCHMANN, 2002 apud COSTA, 2013).

Em graus variados, tais termos surgiram, explícita ou implicitamente, em resposta à percepção dos impactos negativos do turismo de massa - ou seja, substancial e maciço fluxo de turistas para destinos desenvolvidos ou em desenvolvimento, muito facilitado pelos operadores turísticos e pelos pacotes turísticos por eles oferecidos (LESLIE, 2012; IGNARRA, 2003).

Cita-se que em 1960 já houve o início do reconhecimento da importância dos recursos naturais para o desenvolvimento do turismo com a criação da “União Internacional de Operadores de Turismo no exterior”, atual Organização Mundial do Turismo – OMT. Essa preocupação foi afirmada em uma política, em 1971, na qual a OMT pedia aos novos destinos turísticos um planejamento cuidadoso do turismo feito por especialistas, incluindo os ecologistas (Jenner; Smith, 1992, apud LESLIE, 2012).

Ao pesquisar sobre as origens de eventos que abordavam essa preocupação, encontra-se que a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, agora conhecida como a União Mundial de Conservação -WCU) realizou uma conferência sobre ecologia, turismo e recreação em 1966 (IUCN/UNESCO, 1967, apud ROMERIL, 1989), e que a primeira conferência sobre turismo e conservação – organizada pela “Europa Nostra” e pela “Comissão Européia do Turismo” – foi realizada em 1973 (ROMERIL, 1989).

A partir da década de 80 podemos nos apoiar, também, nas informações fornecidas por COSTA (2013). Nesse período houve um ponto marcante para a temática, a Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, em 1980, a qual ressaltou a qualidade do meio ambiente como uma prioridade, a necessidade de garantir que o desenvolvimento do turismo não causasse detrimento do meio ambiente (físico) e, portanto, a necessidade de um equilíbrio entre o turismo como atividade econômica e o meio ambiente, com o reconhecimento do turismo como um fenômeno social (COSTA, 2013; BORGES, 2013; JOAQUIM, 1997).

De acordo com Lanfant (1991, apud JOAQUIM, 1997, p. 75-76), Manila representou uma mudança de orientação, pois com ela foi empreendida “uma vasta operação ideológica com vista à promoção de uma nova concepção de turismo, ultrapassando os objetivos econômicos sempre tidos como prioritários, (...) exaltando os aspectos mais nobres do turismo a serviço do homem nos domínios sociais, educativos, políticos e culturais”.

Seguida a essa Declaração houve a iniciativa do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) para promover o desenvolvimento do turismo ambientalmente saudável, em 1982 (COSTA, 2013; ROMERIL, 1989). Vale observar que as considerações sociais nesse período não eram ainda levadas em conta.

À medida que os anos de 1980 avançavam, a percepção dos impactos negativos do turismo sobre o ambiente físico aumentava, no entanto, a atenção a áreas-chave, como poluição e uso da água e da energia em espaços de oferta turística, era ainda muito limitada (JAFARI, 1986).

Em 1983, a OMT concordou que a ausência de planejamento e insuficiência pelo setor público em assumir responsabilidades, deixando o setor privado com a tarefa de desenvolver o turismo de acordo com a lógica do mercado local – o que nem sempre reflete os interesses da comunidade – sendo a origem da maior parte dos resultados negativos do desenvolvimento do turismo. Nesse período, encontra-se a predominância de cadeias hoteleiras internacionais e operadoras turísticas (LESLIE, 2012).

Ao nível supranacional, e especialmente notável por sua introdução ao termo “Turismo Responsável”, é importante mencionar a Carta da Comissão Europeia de Turismo Cultural, de 1989, a qual enfatiza a necessidade de uma política de turismo responsável a longo prazo e - como a maioria das outras iterações internacionais sobre este tema - a Carta continha diretrizes e objetivos explícitos e detalhados para o desenvolvimento do turismo. Porém, a terminologia acaba sendo posteriormente alterada para “Turismo Sustentável” (LESLIE, 2012).

No geral, na última parte do século XX a crescente preocupação com o desenvolvimento do turismo é evidenciada, inicialmente orientada para a conservação do meio ambiente e, posteriormente, se expandindo para abranger as questões de impactos sociais e benefícios econômicos às comunidades anfitriãs. Na medida em que se avança na década de 1990, encontra-se cada vez mais atenção a ser dada ao impacto do turismo sobre a sociedade, sobre as pessoas e sobre sua cultura. Essas preocupações foram expandidas para abranger a correlação de suas questões mais amplas com os objetivos do desenvolvimento sustentável e com a agenda emergente da mudança climática, o que reforçou a eminente necessidade de um turismo responsável. Apesar disso, na virada do milênio, pouco tinha sido alcançado na resolução de tais preocupações (LEW, 1999 apud LESLIE, 2012).

Hall (1998), em seu discurso informativo sobre conservação e turismo, defende um princípio de desenvolvimento equilibrado entre dois pontos principais – o desenvolvimento com base no uso sustentável dos recursos com a devida consideração para a qualidade de vida de todas as pessoas. A atenção aqui começa a ser dada de maneira substancial para um

contexto mais amplo e a necessidade de abordar o nível e a equidade das inter-relações entre o turismo e a economia local/regional, as comunidades e o meio ambiente, a reflexão sobre os objetivos da sustentabilidade e o que está implícito em um turismo com responsabilidade.

Perante o crescimento dessa percepção, nota-se que na década de 90 ocorreu uma solidificação de diversos eventos, documentos e declarações, que constituíram passos essenciais à demanda de um “outro” turismo. Consequentemente, fatos que influenciaram o aparecimento do Turismo Responsável.

Visto isso e diante das informações apresentadas até aqui, foi possível perceber que o contexto histórico mundial de apreensões sobre a sustentabilidade influenciou o aparecimento das preocupações com a responsabilidade e de seus desdobramentos no planejamento e no desenvolvimento do turismo, o que fez surgir o que o Professor Harold Goodwin (2012) chama de “movimento” do Turismo Responsável¹¹.

Em presença desse contexto, surgem questionamentos sobre o que seria, afinal, o Turismo Responsável. Dessa forma, torna-se importante estudar os conceitos e os significados de tal termo, o que será explanado no próximo item.

Conceituação do Turismo Responsável

Leslie (2012) afirma que, como um termo, turismo responsável pode ser geralmente atribuído ao final dos anos 80, embora, certamente de forma mais explícita somente na década de 90.

Apesar dessa afirmação, vale ressaltar que Nicholas Hetzer em 1965 publicou um artigo em que já citava o termo “turismo responsável” de forma pontual. Esse autor é assinalado por muitos como o criador do termo “ecoturismo”. Foi também o responsável por propor à ONU a criação de uma entidade responsável pelo “design, promoção e implementação do turismo responsável (‘alternativo’) (...) – um turismo ecológico (ecoturismo)” (HETZER, 1970).

É importante mencionar que o termo “turista responsável” foi citado por Krippendorf em 1989 ao fazer uma reflexão sobre a sociologia do turismo, na qual realizou uma nova compreensão do lazer e das viagens. Além de sugerir a viagem como forma de enriquecimento de nossa condição humana, o autor enfatiza a importância de ser um consumidor crítico, conseguindo o encontro de si próprio durante as férias e exercitando um comportamento sensível.

No mesmo ano que esse autor faz menção ao termo “turista responsável”, 1989, a ONU toma a iniciativa de organizar um seminário internacional sobre turismo alternativo, de onde se tem a origem de sua definição para “turismo responsável” (ainda expresso com letras minúsculas). Percebe-se que esse conceito criado pela ONU corrobora a relação existente entre responsabilidade e respeito, que foi mencionada em tópico anterior, como pode ser conferido no seguinte trecho:

¹¹ “Responsible Tourism has many of the characteristics of a social movement” (GOODWIN, 2012, p.04).

Turismo responsável diz respeito a todas as formas de turismo que respeitem os patrimônios natural, construído e cultural das sociedades de acolhimento e os interesses de todas as partes envolvidas: habitantes, hóspedes, visitantes, indústria, governo, etc (LANFANT, 1991, p. 4, apud JOAQUIM, 1997).

Ao se buscar também a origem do termo “Turismo Responsável”, encontra-se que um dos primeiros autores a utilizar e defender o termo como o mais adequado para um turismo alternativo, contraposto a um turismo de massa, foi Richard Davidson, em 1992. Ele destaca que entre as suas características está o uso dos recursos que pertencem e/ou são geridos pelas comunidades de acolhimento. Além disso, destaca que o Turismo Responsável privilegia o contato direto entre as populações locais e os visitantes, com destaque ao entendimento mútuo e igualitário entre eles; e um desenvolvimento amigo do ambiente; caracterizando-se pela autenticidade e pelo assentamento nas potencialidades locais (DAVIDSON 1992, apud JOAQUIM, 1997).

Com algumas variações o turismo responsável pode ser interpretado como um chapéu que abarca as supostas formas de turismo preocupado. Os prefixos incluem alternativo, apropriado, sustentável, suave, verde, etc. Na essência, prefere-se o viajante ao turista, o individual ao grupo, o operador independente especializado é mais aceitável que as grandes firmas, as acomodações locais são preferíveis aos hotéis de cadeias internacionais, etc – basicamente ‘pequeno’ versus ‘massas’. O passo do desenvolvimento também é vital – deve ser controlado, relativamente lento e capaz de ser absorvido pelo ambiente local sem repercussões negativas. A base de poder deve ser alterada e o processo de decisão sobre turismo e desenvolvimento turístico deve estar nas mãos das comunidades de acolhimento. Elevar o conhecimento do viajante é considerado um elemento vital – a educação é vista como uma espécie de chave (WHEELER, 1991, p 92, apud JOAQUIM, 1997).

No início dos anos 2000, a conceituação do termo já se torna mais comum, o que nos permite citar conceitos formulados por autores e até mesmo por instituições ou governos. Por exemplo, a WWF criou um conceito simples em 2001, o qual diz que:

O Turismo Responsável, no contexto de uma estratégia para a sustentabilidade ampla nos destinos turísticos, é aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais dos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários (WWF apud SALVATI, 2004, p.16).

Já Salvati, em 2002, institui um conceito um pouco mais amplo, que já está mais próximo do referencial atual. Ele afirma que Turismo Responsável é:

Um conjunto de bens e serviços que promovem o desenvolvimento socialmente justo e economicamente equilibrado em nível local e regional, integrando o desenvolvimento urbano e rural e criando um processo de desenvolvimento econômico diversificado. Manter, valorizar e proteger as paisagens naturais e sua diversidade biológica, assim como o patrimônio histórico-cultural, é a base essencial para o desenvolvimento responsável

do turismo, contribuindo para a sua manutenção em longo prazo (SALVATI, 2002 apud SALVATI, 2004, p. 16).

Sobre essa temática, Harold Goodwin – pesquisador da atualidade e um grande estudioso e defensor do Turismo Responsável – fornece conceitos e realiza discussões e análises sobre o assunto. Para Goodwin, Turismo Responsável diz respeito à tomada de responsabilidade, respondendo e tomando medidas para resolver os problemas de sustentabilidade que surgem nos destinos, relacionadas ao social, econômico e ambiental.

[Turismo Responsável] tem a ver com fazer algo. Tem a ver com fazer a diferença. É nos destinos que turistas e comunidades locais interagem na natureza local e no ambiente sociocultural. É nos destinos que o turismo precisa ser administrado para que minimize os impactos negativos e potencialize os positivos. A administração do turismo nos destinos não pode ser reduzida à agenda ambiental, é também importante considerar os aspectos econômicos e sociais que surgem nos destinos [tradução livre]. (GOODWIN, 2012 apud GOODWIN; FONT; ALDRINIQUE, 2012, p. 399).

Esse autor preocupa-se em alertar que as decisões precisam ser tomadas localmente, já que os destinos do mundo são muito diversificados e os problemas e as questões mudam de local para local. Para ele, o Turismo Responsável celebra a diversidade e reconhece que enquanto os destinos podem aprender com o que foi feito em outros lugares, todas as soluções são locais, o que exige o engajamento de um único conjunto de *stakeholders*. As questões e prioridades, ele reforça, variam de lugar para lugar, então apenas as soluções que abordam as particularidades são suscetíveis de obterem sucesso (GOODWIN, 2011).

Destaca-se, ainda, que o tamanho da empresa também não importa – grandes empresas conseguem realizar amplas ações responsáveis, mas igualmente os pequenos negócios possuem sua parcela de responsabilidade, eles são essenciais na construção do Turismo Responsável (GOODWIN, 2012).

Corroborando com essa ideia, pode-se citar o documento “*Responsible Tourism in Cape Town*”:

Turismo Responsável tem a ver com legalidade e as consequências do turismo – para o meio-ambiente, comunidade local e economia local. Turismo Responsável não acontece somente em lugares de ambientes naturais – Qualquer negócio de turismo, localizado em metrópoles em desenvolvimento, um deserto, zona rural, ilha subtropical, cidade medieval – pode estar relacionada com operações de Turismo Responsável. Turismo Responsável é de responsabilidade de grandes negócios – O administrador do menor negócio de turismo já está praticando Turismo Responsável [tradução livre].¹² (ÁFRICA DO SUL, 2007, p.02).

¹² Responsible Tourism is not another form of ‘niche tourism’ – Responsible Tourism is about the legacy and the consequences of tourism – for the environment, local people and local economies. Responsible Tourism does not only take place in protected natural environments – Any tourism business, whether located in a thriving metropolis, a desert, rural village, sub-tropical island, medieval town – can be Responsible Tourism operations. Responsible Tourism is the responsibility of big business - The smallest of owner managed tourism business are already practicing Responsible Tourism (ÁFRICA DO SUL, 2007, p.02).

Sobre o assunto, não se pode deixar de citar a Declaração da Cidade do Cabo, de 2002. Esse documento reconhece que a responsabilidade da realização de um turismo responsável é de todos, pois para isso é preciso que haja ações sinérgicas dos governos, das comunidades, das empresas e, também, dos consumidores. Além da participação de todos envolvidos com a área, faz-se necessário o “uso de um portfólio de ferramentas, incluindo regulamentos, incentivos e estratégias participativas de diversos *stakeholders*. Campanhas de consumo e novas iniciativas de marketing também contribuem para mudanças no mercado” (GOODWIN, 2012, p.8).

Esse mesmo documento, além de conceituar o Turismo Responsável, apresenta suas características, as quais seriam:

Minimiza os impactos negativos sociais, econômicos e ambientais; Gera mais benefícios econômicos para a população local e melhora o bem-estar das comunidades receptoras, melhorando as condições de trabalho e o acesso ao mercado de trabalho; Envolve pessoal local nas decisões que afetam suas vidas e oportunidades; Traz contribuições positivas para a conservação do patrimônio natural e cultural, e para a manutenção da diversidade mundial; Oferece experiências mais interessantes para os turistas por meio de conexões mais significativas com moradores do local, maior compreensão das questões culturais, sociais e ambientais; Oferece acesso a pessoas com deficiência; É culturalmente sensível, estimulando o respeito entre turistas e anfitriões, fortalecendo a confiança e o orgulho locais. (ÁFRICA DO SUL, 2002, p. 02).

Além dessas características, o documento determina princípios norteadores para o desenvolvimento do Turismo Responsável. Esses princípios estão divididos em “Princípios orientadores para a responsabilidade econômica”, “Princípios orientadores para a Responsabilidade Social” e “Princípios orientadores para a Responsabilidade Ambiental”.

A proposta do Turismo Responsável divulgada em tal Declaração é a contribuição do desenvolvimento do turismo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores dos destinos turísticos, utilizando-se, assim, o turismo como mola propulsora na criação de lugares melhores para se viver, melhores lugares para se visitar – “better places for people to live, and better places for people to visit”¹³.

Por fim, é relevante esclarecer que o Turismo Responsável não é outro “segmento” ou “nicho” de turismo, não é um tipo de turismo, e sim uma forma de se fazer turismo. Ademais, usualmente verifica-se a associação do Turismo Responsável somente com o Ecoturismo ou com o Turismo de Base Comunitária. Isto é um equívoco, visto que qualquer segmento de turismo¹⁴ (por exemplo: Turismo de Negócios, Turismo Cultural, Turismo Religioso até mesmo o Turismo de Massa) pode se tornar responsável a partir da

¹³ Objetivo do Turismo Responsável apresentado na Declaração da Cidade do Cabo. *Cape Town Declaration in Responsible Tourism*. 2002.

¹⁴ Sobre SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA vide ANSARAH, M. G. R. **Turismo – Segmentação de Mercado**. Ed. Futura, São Paulo. 2001.

sensibilização sobre a importância do Turismo Responsável e do engajamento de todos os envolvidos no processo. Entende-se, assim, que o Turismo Responsável perpassa o turismo em todas as suas vertentes, pois refere-se a uma postura em prol do outro.

Considerações Finais

Esse artigo procurou desenvolver um ensaio teórico sobre a conceituação do termo “Turismo Responsável”. Para isso, primeiramente – no tópico “Responsabilidade: origem e significados” –, foi realizada uma pesquisa teórica com o objetivo de entender os significados da responsabilidade, para que, posteriormente – no item “O contexto histórico da emergência do turismo com responsabilidade” fosse possível traçar o histórico da apropriação desta pelo turismo, até se chegar à discussão propriamente dita sobre o que seria o Turismo Responsável, no último tópico “Conceituação do Turismo Responsável”.

Foi possível perceber que, ao se associar responsabilidade com turismo, o termo “responsável” possui relação com o significado de “responsável por”, que diz respeito ao fato de que aqueles que estão envolvidos com o turismo devem ser responsáveis pelas consequências que esse fenômeno/atividade produz. Neste sentido, a expectativa por atitudes responsáveis é diligente a todos os atores e tipos de organização da cadeia produtiva do turismo, portanto, deve partir não só dos fornecedores de produtos e serviços de turismo, mas também dos consumidores destes, conhecidos por turistas, hóspedes ou visitantes. Dessa maneira, aplicar essa expectativa no contexto do turismo sugere que existem facetas do turismo que são consideradas irresponsáveis e de alguma maneira antiéticas.

Além disso, ficou claro que ser responsável sugere respeito pelo o outro e pelo meio-ambiente, e, ainda, análise moral para com a ação de uma pessoa e os impactos desta. Por conseguinte, como foi exposto nesse artigo, o Turismo Responsável necessita do empenho de todos – empresários, governos, comunidades e turistas – para que no planejamento, no desenvolvimento e na prática do turismo os dois significados da responsabilidade apresentados por Alexander, Goodwin e Robinson e citados aqui no primeiro tópico – a “prestação de contas” e a “capacidade de responder ou reagir” – sejam colocados em exercício.

Em outras palavras, todos devemos assumir as consequências de nossos atos e precisamos exercer os papéis que nos cabem em uma sociedade livre, assim como responder aos problemas ao nosso redor e fazer a diferença para que, dessa forma, seja possível a construção de um turismo inclusivo, respeitoso, ético e que beneficia a todos, resultando em melhores lugares tanto para se viver, quanto para se visitar.

Referências

Abbagnano, N. (2012). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, SP: WMF MARTINS FONTES.

Alexander, T. Goodwin, H. & Robinson, S. (2014). *Responsability*. Disponível em: <<http://www.responsibility.org.uk/>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

- África do Sul (2002). *Declaração da Cidade do Cabo sobre Turismo Responsável*. Cidade do Cabo, África do Sul.
- África do Sul (2007). *Responsible Tourism in Cape Town*. Cidade do Cabo, África do Sul.
- Ansarah, M. G. R. (2001). *Turismo – Segmentação de Mercado*. São Paulo, SP: Ed. Futura.
- Barbiere, J. C.; Cajazeira J. E. R. (2009). *Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: da teoria à prática*. São Paulo: Saraiva.
- Borges, C. A. (2013). *Sustentabilidade: Utilização indiscriminada nas políticas do turismo brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal.
- Costa, H.A. (2013). *Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Goodwin, H. (2011). *Taking Responsibility for Tourism*. UK: ICRT.
- Goodwin, H. (2012). *Ten years of Responsible Tourism: an assessment*. In: GOODWIN, H.; FONT, X. (orgs.) *Progress in Responsible Tourism Vol 2(1)*. Woodeaton, Oxford: Ed. Goodfellow Publishers Limited.
- Goodwin, H., Font, X. & Aldrigui, M. (2012). 6th Conference on Responsible Tourism in Destination. Conference Report. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, v. 6 (3), p. 398-402, set/dez.
- Goodwin, H. (2014). *Entrevista concedida à pesquisadora em Brasília, DF em 29 de abril de 2014*.
- Hall, C. M. (1998). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- Hetzer, Nicholas (1970). *Environment, tourism, culture*. In: Links, julho de 1965. Reeditado em Ecosphere.
- Ignarra, L. R. (2003). *Fundamentos do Turismo*. 2ªed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- Jafaril, J. (1986). Tourism for whom? Old questions still echoing. *Annals of Tourism Research* 13, p. 129-137.
- Joaquim, G. (1997). Da identidade à sustentabilidade ou a emergência do “turismo responsável”. In: *Sociologia- Problemas e Práticas*. nº 23, p. 71-100.
- Kant, I. (2005). *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. São Paulo, SP: Martin Claret.
- Krippendorff, J. (1989). *Sociologia do Turismo*. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A.
- Leslie, D. (2012). *Responsible Tourism*. Concepts, Theory and Practice. Oxfordshire, UK: CAB International.
- Meneses, R. D. B.& Reis, A. M. M. G. (2009). *Responsabilidade em Kant e em Lévinas: entre os conceitos e os fundamentos*. In: Curso de Filosofia: *Ágora Filosófica*. Universidade Católica de Pernambuco. Ano 9 • n. 2 • jul./dez., p. 103-126.
- Romeril, M. (1989). *Tourism and the environment – accord or discord?* Tourism Management.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Salvati, S. S. (Org.) (2004). *Turismo responsável _ Manual de Políticas Públicas*. Brasília, DF, WWF Brazil..

Stanford. *Encyclopedia of Philosophy* 2014 by The Metaphysics Research Lab, Center for the Study of Language and Information (CSLI), Stanford University. Library of Congress Catalog Data: ISSN 1095-5054. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/>>. Acesso em: 25 nov. 2013.